

## **Praça Velha-** Revista Cultural da Cidade da Guarda

Ano XIII | N.º 30 | 1ª Série | Dezembro 2011

*Publicação Semestral*

**Edição:** *Núcleo de Animação Cultural | Câmara Municipal da Guarda*

**Direção:** Virgílio Bento, *Vice-Presidente da Câmara Municipal da Guarda*

**Coordenação:** Alexandra Isidro

**Conselho Editorial:** Américo Rodrigues; António José Dias de Almeida; Helder Sequeira;  
José Manuel Trigo Mota da Romana; Maria Antonieta Garcia;  
Mário Cameira Serra; Vítor Pereira

**Produção Executiva:** Paula Cristina Cunha

**Apoio Técnico:** Ana Leonor Pereira da Silva; Ana Maria Barbosa; Juliana Almeida;  
Marta Costa; Paula Cristina Cunha

**Foto de Capa:** Pedro Carvalho

**Depósito Legal:** 226332/05

**I.S.S.N.:** 0873-8343

**Book design, composição e impressão:** Marques & Pereira Lda

**Tiragem:** 1000 exemplares

Telefone: 271 220 741 | Fax: 271 205 546  
E-mail: [cultura@mun-guarda.pt](mailto:cultura@mun-guarda.pt) / [nac.guarda@mun-guarda.pt](mailto:nac.guarda@mun-guarda.pt)

A Câmara Municipal da Guarda respeita os originais dos textos, não se responsabilizando pelos conteúdos, forma e opiniões neles expressas.

# ETNOGRAFIA E EPIGRAFIA EM DIÁLOGO



*José d'Encarnação*  
CEAUCP – Universidade de Coimbra

## Introdução: a interdisciplinaridade

Interdisciplinaridade constitui, cada vez mais, uma consciencialização. Pergunta-se amiúde o jovem porque precisa de saber em quantas partes se divide a flor; critica-se, às vezes, a necessidade ‘antiga’ de dizer de carreirinha os afluentes do rio Tejo; questionam-se os ‘técnicos’ acerca da utilidade dos estudos de mitologia grega, aventuras atribuídas a fingidos deuses... É cultura geral, responde-se; mas não se trata apenas dessa formação geral, tendente a munir-nos de mais instrumentos para melhor compreensão da realidade envolvente: a interdisciplinaridade impõe-se como necessidade científica!

Ao epigrafista, por exemplo, não se pede apenas que saiba decifrar o texto duma inscrição. Para além dessa decifração e de cuidadosa análise do suporte (tipo de material, tipologia formal, decoração...), há-de fazer-se o estudo de cada palavra (sua grafia, posição na frase, significado) e a integração do monumento (pois que de um **monumento** se trata) no contexto espacial e cronológico para que o encomendante e o artífice o pensaram. Lida, pois, a Epigrafia com a História, a Geografia, a Geologia, a Botânica, a Zoologia, a Etnografia, entre outras ciências afins.

### Uma «pedra de escorregar»

No nº 29 de *Praça Velha* (Junho 2011), aduziu Célio Rolinho Pires, no seu artigo «As pedras de escorregar» (p. 259-276), um altar romano para reforçar a ideia de que singulares penedias haviam sido utilizadas para a fecundação. A noção prende-se, por conseguinte, com a Etnografia (e, de modo geral, com a Etnologia), que nos dá a conhecer secretos rituais de antanho relativos à sexualidade e à procriação. Lugares ermos, em que a presença de espíritos mais

se faz sentir; estranhas formas que a erosão dos agentes atmosféricos provocou e que o Homem acabou por atribuir a forças divinas – constituem, ambos, factores propícios à criação de lendas, superstições, gestos simbólicos. Por todo o lado, sabe-se, há pegadas de santos, covas deixadas pelos cascos de sobrenatural alazão...

No caso presente, inspirou-se Célio Rolinho Pires num livro de Moisés Espírito Santo (1989), onde o tema dessas pedras fecundantes foi sobejamente abordado (p. 155-158). E é Moisés Espírito Santo o primeiro a integrar no rol desse tipo de pedras o referido altar, achado na Quinta de S. Domingos (Pousafoles, Sabugal) e depositado no Museu Nacional de Arqueologia<sup>1</sup>. Tive já ocasião (1995, p. 9-11; 1997, p. 89) de reflectir sobre essa correlação; atendendo, contudo, ao facto de ela novamente ter sido aqui trazida à colação, permita-se-me que apresente argumentos a favor de uma outra explicação.

Como, no que concerne à epígrafe em questão, apenas recorreu, ao que parece, à obra de Moisés Espírito Santo, Célio Pires não tem em conta o que, após Leite de Vasconcelos a ter analisado e desenhado, outros estudiosos escreveram acerca dessa pedra com letras, num contexto que encontra justificação em milhares de monumentos análogos identificados na vastidão do Império Romano.

Assim, ao invés de as palavras aí escritas se filiarem na língua cananita, idioma de vaga morfologia e sintaxe, atribuível a povos do Médio Oriente, a



Fig 1

probabilidade de se inserir – como essoutros milhares – num costume romano, em língua latina, não pode ser escamoteada. Uma palavra como *Sabina*, tão corrente ainda hoje, afigura-se-me mais viável apreciá-la como antropónimo feminino – e Célio Pires até fala no rapto das Sabinas – do que como vocábulo com significados múltiplos girando, porém, todos à volta da ideia «trepa no olho dela», como quer Moisés Espírito Santo! Sim, não se nega que, no seu início, os antropónimos derivaram, decerto, de palavras com significado concreto. Como Sofia (em grego, «sabedoria») poderá ter sido baptizada, num primeiro momento, a menina que demonstrara, desde pequena, esperteza relevante; hoje, um que outro pai pretenderá mostrar, com a atribuição desse nome, a sua cultura clássica e, conseqüentemente, o voto de que sua filhota venha a «crescer em sabedoria, em estatura e em graça diante de Deus e dos homens» (Lucas, 2, 52); mas... não serão essas, na actualidade, verdadeiras excepções? Quantos serão os pais que sabem o significado etimológico do nome Sofia?

A possibilidade de não serem alfabéticos os signos gravados neste altar e de não se relacionarem, por outro lado, com o alfabeto latino e a língua latina afigura-se-me, pois, assaz remota, uma vez que as semelhanças gráficas, morfológicas e sintácticas são deveras evidentes. E se com esse código cananita, sugerido por Moisés Espírito Santo, interpretássemos esta epígrafe, teríamos, certamente, de o utilizar também para outras cujo texto, lido segundo o modelo adoptado por Leite de Vasconcelos e pela quase totalidade dos epigrafistas a nível mundial, revela uma lógica não despicienda.

Um dos argumentos invocados para incluir este altar no número das «pedras de escorregar» assenta também na interpretação da cavidade superior existente no capitel. Segundo a lógica de Moisés Espírito Santo, a mulher, depois de ter relações, roçava-se aí, desnudada nas suas partes íntimas; uma porção do esperma remanescente do coito poderia, nessa circunstância, esgueirar-se para a cavidade. Outras mulheres – nomeadamente as de maridos oligospermicos – executariam, de imediato, idêntico ritual e... corriam, acto contínuo, o sério – e desejado! – risco de ficarem sujeitas ao que hoje designaríamos de inseminação artificial! Interpretação engenhosa, sem dúvida, tanto quanto engenhoso era o método, presumivelmente mais eficaz, dir-se-ia, que os mais complexos cientificamente postos em prática nas clínicas do século XXI e que, diga-se em abono da verdade, nem sempre resultam à primeira!...

## Um altar votivo romano

A interpretação generalizada é, porém, outra: estamos perante uma ara, ou seja, a cópia-miniatura de um altar votivo. Não só não houvera posses para mandar levantar um verdadeiro altar sacrificial como faltaria espaço concreto para a sua implantação, partindo do princípio de que – como na actualidade os ex-votos – deveria ser posto no lugar consagrado à divindade venerada. Não se lhe sacrificariam, por isso, animais; queimavam-se incenso e outras essências, símbolo duma devoção e duma entrega; à cavidade chama-se, por tal razão, *foculus*, “fóculo”, o pequeno fogo. Há documentação que o atesta, muitos outros exemplos se poderiam aduzir<sup>2</sup> e bastará recordar que às Vestais incumbia manter aceso o fogo sagrado em honra de Vesta, suma protectora do Povo Romano, ou, ainda, que esse fogo “eterno” se preconiza existir, nos nossos dias, diante dos monumentos aos mortos da Grande Guerra e ao «soldado desconhecido», nos países europeus.

Talvez não venha, assim, a despropósito dar conta de como, num registo epigráfico, se poderia usar este monumento (Fig. 2) como fonte histórica.

Sob o título «o deus CAEPUS», incluiu Leite de Vasconcelos, em aditamento



Fig 2

à sua monumental obra sobre as antigas religiões da Lusitânia (1913, p. 618-620), o primeiro estudo da «árula de granito», que lhe fora oferecida pelo Eng.º António Torres. Leu-a: *Caepo Firmu(s), Sabinae l(ibertus), v(otum) l(ibens) s(olvit)*; traduziu: «Firmo, liberto de Sabina, cumpriu de boa mente o voto que havia feito a *Caepus* ou Cepo»; e rematou: «Temos pois aqui um novo deus do pantheon lusitano» (p. 619). Procurou de imediato encontrar uma explicação para a natureza da divindade através da análise etimológica do que logo considerou um teónimo. Assim, intuiu que poderia ser «mera masculinização de *caepa* (*cepa*), ‘cebola’», pelo que seria, em seu entender, como que um «deus das cebolas, protector das hortas», espécie de Príapo lusitano. Por consequência, integrou-o no rol das divindades indígenas, próprias do estrato populacional pré-romano.

Ao estudar essas divindades, eu próprio segui esse raciocínio (1975, p. 153-154)<sup>3</sup>, ainda que tenha chamado a atenção para o facto de as afirmações de Leite de Vasconcelos não poderem ser entendidas de forma peremptória, dado que se tratava de uma hipótese de interpretação, «em termos de dúvida».

Publicou Fernando Patrício Curado, em 1984, duas aras encontradas em reutilização, aquando dos trabalhos de reconstrução da capela da quinta. Pelas epígrafes delas constantes se ficou a saber que, afinal, a letra inicial do teónimo deveria ser um L, pelo que a divindade era *Laepus*, aliás referida já na célebre inscrição em ‘língua lusitana’ do vizinho Cabeço das Fráguas<sup>4</sup>.

Os dedicantes mencionados nestes ex-votos identificam-se com onomástica indígena, sendo, no entanto, de realçar o da primeira ara indicada, que não oculta a sua condição de liberto – e liberto de uma mulher: *Firmus Sabinae l(ibertus)*. Mais uma vez se confirma neste quadrante da Lusitânia quão cedo os mecanismos da ascensão social através da libertação se incorporaram mesmo no estrato indígena (cf. Encarnação 1996) e o significativo papel socialmente desempenhado pela mulher (cf. Encarnação 2005). Essa forma de identificação é corrente no Império Romano, pelo que somos forçados a ter por inteiramente descabido o desdobramento apontado por Célio Pires – *L(iberae)* – que lhe ‘possibilitou’ a tradução «As Sabinas livres (ou licenciadas) cumpriram de boa mente o voto que haviam feito ao deus *Caepo* forte (viril)»<sup>5</sup>.

E sabe-se, afinal, qual será a atribuição da divindade? Protectora o será, sem dúvida. Apontará, porém, a etimologia para um significado concreto? Nesse ponto têm esgrimido os linguistas as suas opiniões, com base no pressuposto – comumente assente – de que estes termos radicam etimologicamente num

substrato linguístico comum, o indo-europeu. Ora, nesse domínio, a síntese apresentada por Blanca María Prósper (2002, p. 50-51) é clara: «A etimologia de LAEPO é, até ao momento, completamente obscura». Assenta-se, todavia, que, na inscrição em ‘língua lusitana’ de Cabeço das Fráguas, LABBO ou LAEBO é designação da mesma divindade, a quem, segundo tudo leva a crer, se teria oferecido um porco.

## Conclusão

Pode a Etnografia vir, com todo o mérito, ajudar a compreender melhor os dados epigráficos, como, por exemplo, neste caso, a oferta de um porco se integra num cerimonial – os *suovetaurilia* – documentado por outras fontes, onde era comum sacrificar-se, como a própria palavra indica, um porco, uma ovelha e um touro (Santos, 2007, p. 176-191). Há, contudo, de caminhar-se com os pés bem firmes na terra, argumentando com razões que encontrem justificação mais não seja no senso comum e por comparação com situações idênticas.

Desta sorte, interpretar uma árula igual a tantíssimas outras como sendo mera “pedra de escorregar” intimamente ligada ao culto da fecundidade, designadamente por ostentar um fôculo no seu capitel, afigura-se-nos hipótese difícil de sustentar, inclusive do ponto de vista científico (de eventual possibilidade de fecundação por essa via).

Curioso é, porém, verificar que Célio Rolinho Pires se inspira em Moisés Espírito Santo para a questão do ritual fecundante, mas parece não ligar qualquer importância ao que o mesmo investigador discreteia sobre o significado da palavra *Sabina*, que entende, de facto, como nome próprio, *Sabina*, ainda que envolvendo-o num halo de licenciosidade, com base em dois argumentos: o L é a sigla de *liberae*, ‘livres’, vocábulo inexistente em Epigrafia com tal acepção; e *Firmu* é epíteto da divindade, nesse contexto significando algo como ‘teso’, adjectivo que Célio Pires não usa, dado que prefere dois mais eufemísticos: ‘forte’, ‘viril’.

E, afinal, não pode entrar aqui a Etnografia? Pode – que o hábito de fazer ex-votos, de livre vontade, às divindades, em consequência de graça concedida ou para obter determinada mercê, perde-se na noite dos tempos e, estou certo, há-de perdurar até final do mundo!<sup>6</sup>

## | BIBLIOGRAFIA |

- CURADO (Fernando Patrício), «Aras a *Laepus* procedentes de Pousafoles, Sabugal (*Conventus Scallabitanus*)», *Ficheiro Epigráfico* 7 1984 n.º 28.
- ENCARNAÇÃO (José d'), *Divindades Indígenas sob o Domínio Romano em Portugal (Subsídios para o Seu Estudo)*, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Lisboa, 1975.
- ENCARNAÇÃO (José d'), *Lusitanos em Discussão*, n.º 11 dos Cadernos do Centro de Estudos Epigráficos da Beira, Castelo Branco, 1995.
- ENCARNAÇÃO (José d'), «Libertos no termo da Egitânia romana», *Materiais*, II série, n.º 0 (Agosto 1996), vol. 2, p. 13-19.
- ENCARNAÇÃO (José d'), «Lusitanos e Viseu: a propósito de duas obras recentes», *Actas do II Colóquio Arqueológico de Viseu*, Viseu, 1997, p. 85-90.
- ENCARNAÇÃO (José d'), «Mães e filhos passeando por entre epígrafes», in M<sup>a</sup> Carmen SEVILLANO SAN JOSÉ *et alii* (edits.), *El Conocimiento del Pasado. Una Herramienta para la Igualdad*, Salamanca, 2005, 101-113. Acessível em “<http://hdl.handle.net/10316/11518>”.
- ESPÍRITO SANTO (Moisés), *Fontes Remotas da Cultura Portuguesa*, Assírio & Alvim, Lisboa, 1989.
- PIRES, Célio Rolinho, «As pedras de escorregar», *Praça Velha*, 29 (Junho 2011), p. 259-276.
- PRÓSPER (Blanca María), *Lenguas y Religiones Prerromanas del Occidente de la Península Ibérica*, Ediciones Universidad, Salamanca, 2002.
- RIBEIRO, José Cardim (coord.), *Religiões da Lusitânia. Loquantur Saxa*, Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, 2002.
- SANTOS (Maria João), «El sacrificio en el Occidente de la Hispânia Romana: para un nuevo análisis de los ritos de tradición indoeuropea», *Paleohispanica*, 7, 2007, 175-217.
- SANTOS (Maria João), SCHATTNER (Thomas) e PEREIRA (Vitor), «Cabeço das Fráguas (Quinta de S. Domingos, Guarda) 2006: o contributo da primeira campanha de escavações», *Praça Velha*, 24 (Julho 2008), 175-202.
- VASCONCELLOS, José Leite de, *Religiões da Lusitânia*, Lisboa, III, 1913.

| NOTAS |

1 Escreve C. R. Pires, copiando o que vem na imagem que utilizou, que a pedra está no Museu Etnológico de Lisboa. Era essa, como se sabe, ou, mais exactamente, Museu Etnológico do Dr. José Leite de Vasconcelos, a designação antiga do actual Museu Nacional de Arqueologia, onde a pedra ainda se encontra, tendo sido, aliás, incluída na exposição sobre as religiões da Lusitânia (Ribeiro 2002, p. 373, n.º 19).

2 Apresenta-se, na Fig. 1, a parte superior de um altar à divindade protectora da cidade romana de Viseu. Pormenor obtido a partir de foto da empresa Arqueohoje, responsável pelos trabalhos arqueológicos que levaram à descoberta do monumento.

3 Moisés Espírito Santo, dado que parte de pressupostos completamente diferentes, critica acerbamente as minhas interpretações dos teónimos, na segunda parte do seu livro (p. 131-186), sem que aparentemente se tenha apercebido de que, depois de 1975, muita água correrá sob as pontes e novos dados haviam surgido. Aliás, a mesma observação se poderia fazer a Célio Pires, pois uma leitura da bibliografia, mais não fosse da colecção de *Praça Velha*, o poderia ter elucidado a respeito do que já se escreveu a propósito dessa divindade (por exemplo, no n.º 24, p. 200-202).

4 Tem-se lido aí a palavra *Labbo*; a minha opinião, já expressa oralmente por ocasião do encontro de 23 de Abril de 2010, a que *Praça Velha* se referiu na passada edição, pela pena de Manuel Sabino Perestrelo (p. 427-432), é que houve um lapso de escrita, de B por E.

5 Em vez de *Firmu(s)* – o S final, ainda que não completamente visível, reconstitui-se sem problemas – Célio Pires prefere a forma *Firmo*, o que, em seu entender, «é bem compreensível já que o pedreiro que lavrou a inscrição podia bem não conhecer as desinências da segunda declinação do Latim!» (p. 272). Célio Pires afasta-se, por consequência, do seu 'inspirador', dado que não põe a hipótese de a inscrição estar redigida em cananeu! Aproveite-se a oportunidade para esclarecer que nem na actualidade nem na Antiguidade foi mester do pedreiro gravar inscrições; essa é função do canteiro ou lapicida (este, o termo mais usado na linguagem epigráfica).

6 Texto elaborado no âmbito da investigação levada a efeito como membro do grupo "Epigraphy and Iconology of Antiquity and Medieval Ages" do Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e Porto (Unidade de Investigação 281 da Fundação para a Ciência e a Tecnologia).